

PLANO DE AÇÃO 2026

PLANO DE AÇÃO 2026



Nome: ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Nome Fantasia: ANDI – Comunicação e Direitos

Endereço: SDS Ed. Miguel Badya, Bloco L, Salas 316 e 318 – Brasília/DF.
CEP: 70394-901

CNPJ: 36.751.345/0001-24

Nossa História

Sobre a ANDI

A ANDI - Comunicação e Direitos foi criada formalmente em 1993, após três anos de atuação voluntária iniciada em 1990, com o propósito de promover a comunicação como instrumento de defesa dos direitos humanos, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. Desde então, a organização tornou-se referência na promoção de um diálogo ético e qualificado entre redações jornalísticas, universidades, organizações da sociedade civil, poderes públicos, organismos internacionais e o setor privado.

Em 2011, a organização passou a adotar oficialmente a denominação ANDI - Comunicação e Direitos, refletindo a ampliação de seu escopo e a consolidação de uma missão mais abrangente. Desde então, suas ações estruturam-se em três vetores interligados:

- 1. Infância e Juventude:** fortalecimento da proteção integral e da prioridade absoluta;
- 2. Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável:** promoção da equidade e da justiça socioambiental;
- 3. Políticas de Comunicação:** democratização da informação e qualificação das práticas jornalísticas.

Ao longo de sua trajetória, a ANDI consolidou-se como uma das mais importantes organizações da América Latina dedicadas à comunicação e aos direitos humanos, acumulando mais de 50 prêmios e reconhecimentos, como o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo, o Prêmio UNICEF Criança e Paz, o Prêmio UNESCO, o Prêmio Criança da Fundação Abrinq e o Prêmio Líbero Badaró. Sua metodologia e tecnologia social foram reaplicadas em larga escala por meio da criação da Rede ANDI Brasil (2000–2013), com presença em 12 estados, e da Rede ANDI América Latina, fundada em 2003 e ativa em 13 países, fortalecendo a integração entre comunicação, políticas públicas e mobilização social.

Entre 2018 e 2021, a ANDI assumiu a Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI): a maior rede de defesa da primeira infância no Brasil, composta por mais de 200 organizações e instituições públicas e privadas. Nesse período, coordenou projetos de grande alcance, como "Primeira Infância é Prioridade" e a campanha "Criança é Prioridade nas Eleições", além de idealizar e lançar o Observa – Observatório do Marco Legal da Primeira Infância e realizar a reedição de publicações fundamentais, como o Plano Nacional pela Primeira Infância e o Guia para Elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância. Essa experiência reforçou o papel da ANDI como articuladora entre Estado e sociedade civil, combinando comunicação estratégica, incidência política e produção de conhecimento aplicado.

Nos últimos anos, a ANDI vem aprofundando sua atuação como organização articuladora da sociedade civil, combinando comunicação estratégica, incidência política, produção e sistematização de conhecimento, mobilização social e atuação em rede. Essa trajetória tem ampliado sua capacidade de contribuir para a formulação, o monitoramento e a qualificação de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Desde 2022, a ANDI, juntamente com o Instituto Alana, exerce a coordenação executiva da Agenda 227 - Prioridade Absoluta para Crianças e Adolescentes, movimento apartidário da sociedade civil voltado à efetivação da prioridade absoluta de crianças e adolescentes nas políticas públicas brasileiras. A Agenda 227 consolidou-se como espaço nacional de articulação e incidência política, reunindo organizações das cinco regiões do país e articulando produção de evidências, mobilização social e diálogo com os poderes públicos.

Nesse percurso, destaca-se a atuação relacionada ao Plano País para a Infância e a Adolescência, construído a partir de 22 eixos temáticos e concebido como instrumento de incidência sobre as políticas públicas destinadas à população de 0 a 18 anos. Seu processo de monitoramento passou a oferecer evidências para a atuação da sociedade civil e para o diálogo com gestores públicos, parlamentares e demais atores comprometidos com a efetivação do artigo 227 da Constituição Federal.

Em 2026, ano de eleições gerais, a Agenda 227 ampliará sua estratégia de mobilização e incidência política, buscando levar a pauta da prioridade absoluta de crianças e adolescentes ao centro do debate eleitoral nos estados. A atuação articulará organizações da sociedade civil em âmbito nacional e nos estados, promoverá o diálogo com candidaturas à Presidência da República e aos governos estaduais e apresentará propostas destinadas a subsidiar programas de governo e compromissos públicos com os direitos da infância e da adolescência. A estratégia combinará incidência federal, mobilização territorial, articulação política e comunicação, fortalecendo a participação da sociedade civil no processo eleitoral e contribuindo para que o princípio constitucional da prioridade absoluta se traduza em compromissos concretos das futuras gestões.

Missão

Potencializar a comunicação como instrumento de garantia de direitos e de promoção da diversidade, da inclusão social e do enfrentamento das desigualdades estruturais.

Visão

Ser agente de transformação na construção e qualificação de políticas públicas e de proteção social e ambiental por meio de estratégias inovadoras de comunicação.

Valores

- Valorização da diversidade
- Promoção da equidade
- Pluralidade de ideias
- Ética e transparência
- Transformação social
- Compromisso com a qualidade
- Construção coletiva e participativa
- Engajamento e afetividade

Estrutura Legal e Governança

A ANDI, fundada em 18 de maio de 1993, é uma associação privada, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, democrática e pluralista. Seus órgãos de governança são:

Assembleia Geral: órgão deliberativo máximo, composto por todos os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Diretoria Executiva: em 23 de abril de 2026, a Assembleia Geral Extraordinária da ANDI aprovou a nova composição da Diretoria. Ana Potyara Tavares foi eleita, por unanimidade, para o cargo de Diretora Executiva, sucedendo Miriam Izabel Albernaz Cordeiro após o encerramento de seu mandato. Na mesma Assembleia, Vanessa Cristiane Soares Miranda foi indicada e aprovada, também por unanimidade, para o cargo de Diretora Administrativa-Financeira.

- Ana Potyara Tavares – Diretora Executiva
- Vanessa Cristiane Soares Miranda – Diretora Administrativa-Financeira
- Mariana Rodrigues – Assistente de Diretoria
- Antônia Conceição – Auxiliar Administrativa
- Aline Macedo – Designer Gráfica
- Ivanete Cardoso – Serviços Gerais

Conselho Fiscal: em 25 de junho de 2026, a Assembleia Geral Ordinária da ANDI aprovou a atualização da composição do Conselho Fiscal. Na ocasião, Michelle Amaro Meneses solicitou seu desligamento das funções de Conselheira Fiscal, por motivos de ordem pessoal. Para sua substituição, foi apresentada a candidatura de Raiara Mendes Silva, graduada em Ciências Contábeis, pós-graduada em Gestão de Recursos Humanos e com experiência nas áreas contábil, fiscal, trabalhista e de gestão empresarial.

Após apreciação dos associados, Raiara Mendes Silva foi eleita por unanimidade, passando a integrar o Conselho Fiscal a partir de 25 de junho de 2026.

- Milton Ferreira de Carvalho – Conselheiro Fiscal
- Raiara Mendes Silva – Conselheira Fiscal

Consultores de Projetos:

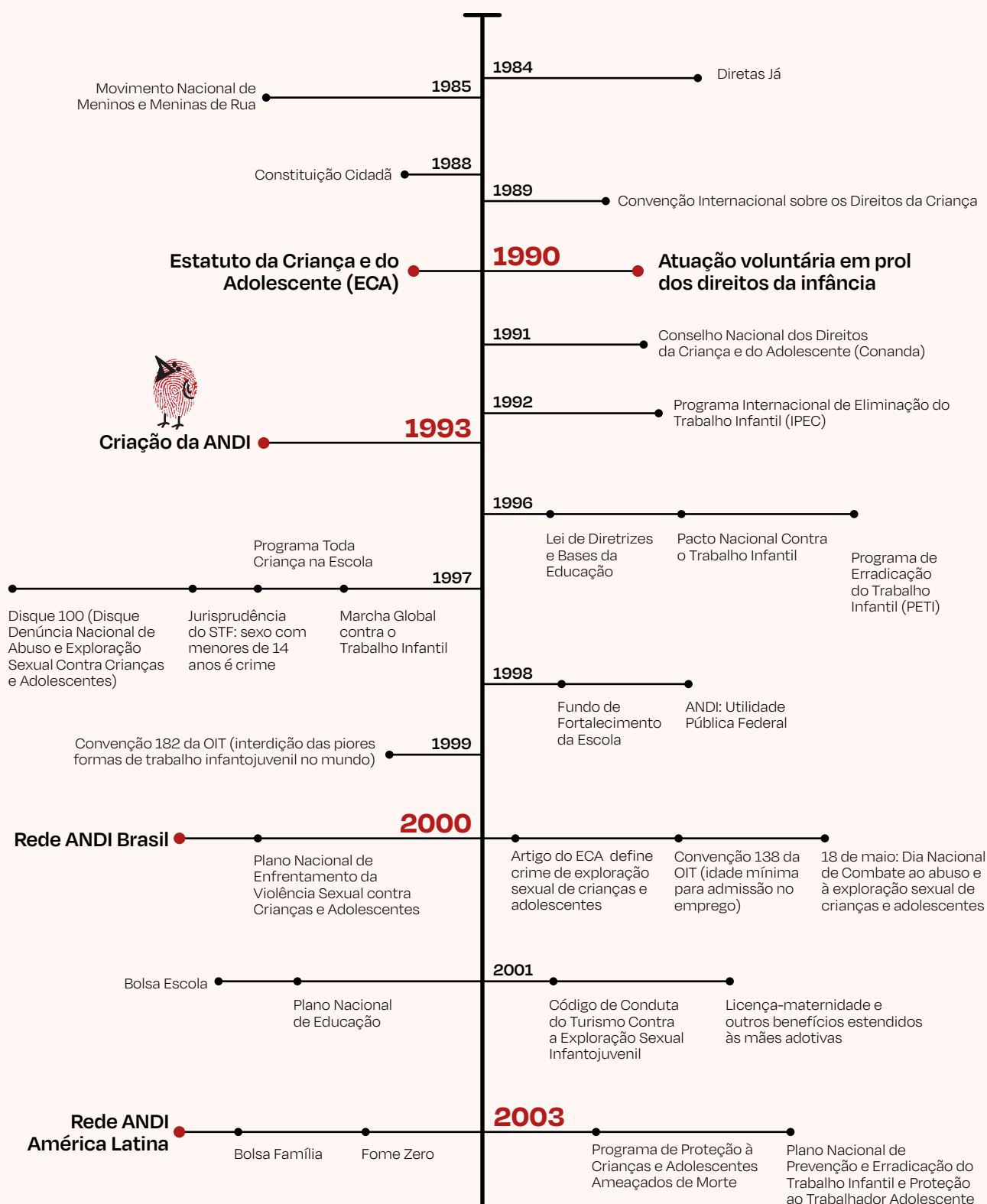
- Breno Procópio
- Marcos Urupá
- Mariana Lavez
- Miriam Pragita
- Cristiane Parente
- Sílvia Lemos

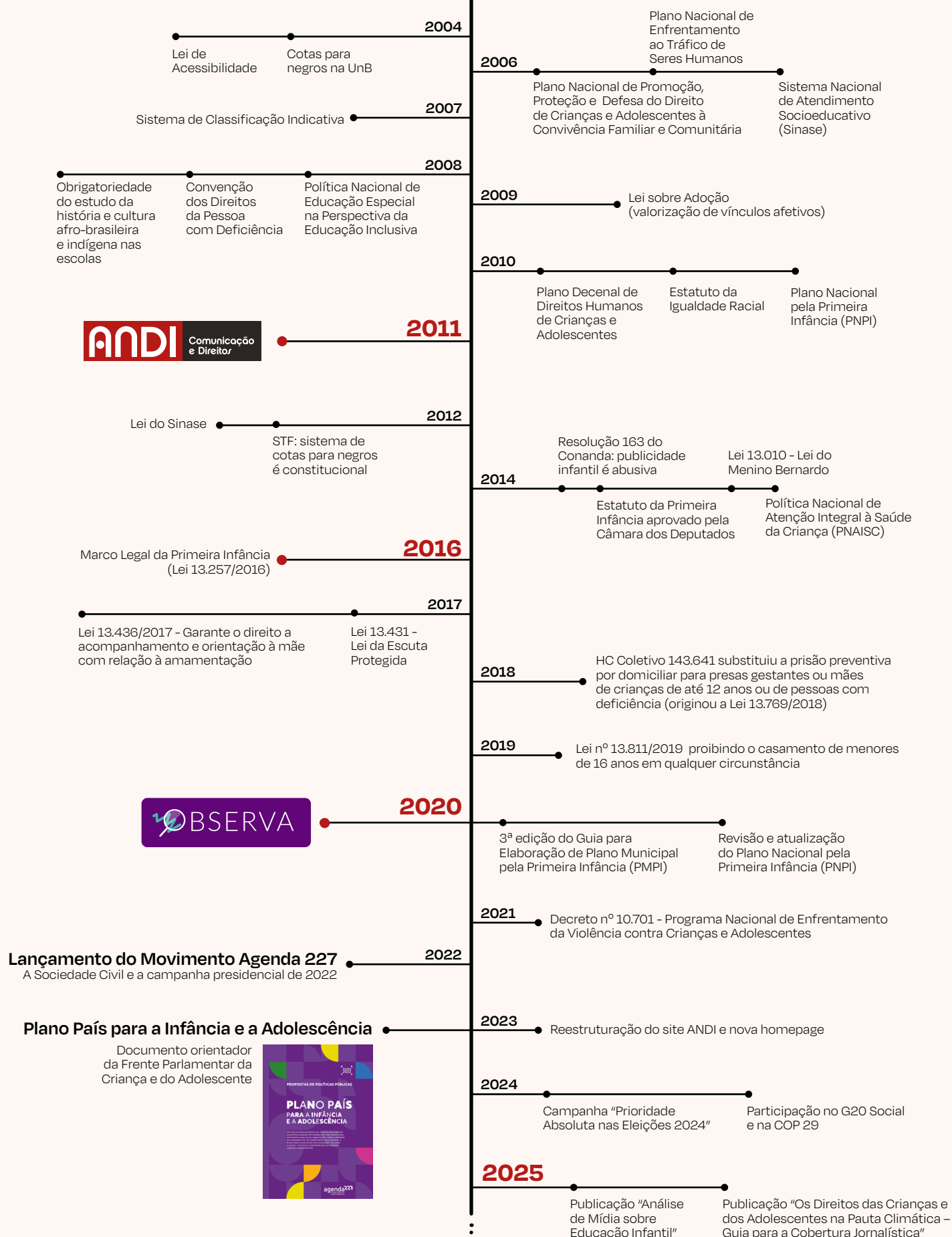
Associados: em 23 de abril de 2026, durante Assembleia Geral Extraordinária da ANDI, Marcos Muccillo Daudt formalizou seu desligamento do quadro de associados da organização. A Assembleia registrou agradecimento por sua trajetória e pelas contribuições prestadas à instituição. Quadro de associados:

- Antonio Augusto Gomes da Silva
- Bia Barbosa
- Flávio Debique
- Cida Camarano
- Raquel Fuzaro

Linha do Tempo

Esta linha do tempo demonstra a história da conquista de direitos no Brasil e registra alguns de seus marcos, na perspectiva de recompor o contexto socioeconômico e político que motivou a criação da ANDI, legitimou e continua a validar o trabalho da organização.





Introdução

O Plano de Ação da ANDI – Comunicação e Direitos para 2026 apresenta as diretrizes estratégicas, os objetivos e as ações prioritárias que orientarão a atuação da organização ao longo do ano. O novo ciclo dará continuidade ao processo de fortalecimento institucional da ANDI e reafirmará sua missão de potencializar a comunicação como instrumento de garantia de direitos e promoção da diversidade e da inclusão social para o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Em um ano marcado pelas eleições gerais, a ANDI intensificará sua atuação em articulação, incidência política e comunicação estratégica, com especial atenção à promoção e à defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse contexto, a Agenda 227 ocupará posição central na atuação institucional, articulando organizações da sociedade civil em âmbito nacional e estadual e promovendo o diálogo com candidaturas à Presidência da República e aos governos estaduais e distrital, com o objetivo de contribuir para que a prioridade absoluta prevista no artigo 227 da Constituição Federal esteja refletida nos compromissos eleitorais e nas futuras políticas públicas.

O ano de 2026 também representará um período de fortalecimento e diversificação da atuação institucional da ANDI, combinando comunicação, produção e difusão de conhecimento, participação em redes e coalizões, desenvolvimento de projetos, mobilização territorial, incidência política e ações formativas e culturais voltadas diretamente a adolescentes, famílias e comunidades. Entre as iniciativas desenvolvidas nesse campo, destaca-se o Conexões que Cuidam, projeto viabilizado por recursos de emenda parlamentar que articula cultura, educação midiática e digital e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A organização seguirá fortalecendo sua capacidade de construir parcerias, mobilizar diferentes fontes de financiamento e desenvolver iniciativas que aproximem a comunicação da vida cotidiana dos territórios e contribuam para a promoção e a garantia de direitos.

Paralelamente, a ANDI seguirá investindo no aprimoramento de sua governança, de seus processos de gestão e de seus mecanismos de transparência e integridade, bem como na busca pela sustentabilidade financeira da organização. A diversificação das fontes de financiamento, a prospecção de novas oportunidades, a elaboração de projetos e a consolidação de parcerias institucionais permanecerão como dimensões estratégicas para assegurar a continuidade e a ampliação de sua atuação.

Mais do que um instrumento de planejamento, o Plano de Ação 2026 expressa a forma como a ANDI pretende articular suas diferentes frentes de trabalho em torno de um propósito comum: fortalecer a comunicação de interesse público, produzir e disseminar conhecimento, qualificar o debate público, ampliar a participação da sociedade civil e contribuir para que os direitos humanos, especialmente os direitos de crianças e adolescentes, sejam reconhecidos e efetivados nas políticas públicas e nos espaços de decisão.

Diretrizes Gerais para 2026

As ações previstas para 2026 estão organizadas a partir de um conjunto de diretrizes estratégicas que orientarão o posicionamento e a atuação da ANDI – Comunicação e Direitos ao longo do ano. As diretrizes reafirmam a identidade institucional da organização e articulam comunicação, incidência política, produção de conhecimento, atuação em rede e fortalecimento institucional como dimensões complementares para a promoção e a garantia de direitos.

1. Comunicação como eixo estruturante

Fortalecer a comunicação como instrumento de incidência política, mobilização social e sensibilização da sociedade, ampliando a produção e a circulação de conteúdos qualificados, acessíveis e baseados em evidências, especialmente sobre os direitos de crianças e adolescentes.

2. Atuação em rede e cooperação interinstitucional

Fortalecer a participação da ANDI em redes, fóruns, coalizões e espaços de articulação da sociedade civil, ampliando parcerias e ações conjuntas com organizações sociais, fundações, organismos internacionais, instituições públicas e demais atores estratégicos para a promoção dos direitos humanos.

3. Produção e difusão de conhecimento

Produzir, sistematizar e disseminar informações, evidências e conteúdos técnicos que contribuam para o debate público, o monitoramento de políticas públicas e a atuação de organizações da sociedade civil, comunicadores, gestores públicos e demais atores comprometidos com a garantia de direitos.

4. Incidência internacional e diálogo regional

Ampliar a capacidade de incidência da ANDI e das articulações das quais participa, com especial atenção ao contexto das eleições gerais de 2026, promovendo diálogo com candidaturas, mobilização nacional e territorial e apresentação de propostas voltadas à incorporação da prioridade absoluta de crianças e adolescentes nos programas de governo e nas futuras políticas públicas.

5. Governança, sustentabilidade e inovação institucional

Aprimorar continuamente os mecanismos de gestão, governança, transparência e monitoramento institucional, fortalecendo os processos internos e buscando a diversificação das fontes de financiamento, novas parcerias e oportunidades de captação que contribuam para a sustentabilidade e a capacidade de atuação da ANDI.

Eixo 1 | Institucional

Fortalecimento da Gestão, Governança e Sustentabilidade

Objetivo Geral: fortalecer e aprimorar os processos de gestão administrativa, financeira e organizacional da ANDI, assegurando sustentabilidade institucional, transparência, integridade e eficiência na execução de projetos e parcerias.

Principais Ações 2026

Governança e Planejamento:

- Finalizar a elaboração e promover a implementação do Código de Ética e Conduta da ANDI, consolidando diretrizes institucionais de ética, integridade, transparência e boas práticas de governança;
- Fortalecer os mecanismos de governança institucional, assegurando o funcionamento regular da Diretoria, da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal e o cumprimento das disposições estatutárias;
- Revisar e atualizar os instrumentos, políticas e procedimentos institucionais, com foco em integridade, transparência, compliance e segurança jurídica;
- Realizar o planejamento institucional de forma participativa, envolvendo a Diretoria, a equipe e os consultores na definição e no acompanhamento das prioridades da organização;
- Aprimorar os processos de monitoramento, registro e sistematização dos resultados institucionais e dos projetos, contribuindo para a gestão, a prestação de contas e a memória institucional;
- Fortalecer a participação e a interlocução com o quadro de associados, ampliando sua contribuição para o planejamento, a sustentabilidade e o desenvolvimento institucional da ANDI.

Gestão Financeira e Transparência:

- Aprimorar os processos de gestão financeira, contábil e orçamentária, fortalecendo o acompanhamento sistemático da execução dos projetos e dos recursos institucionais;
- Aperfeiçoar as demonstrações e os relatórios financeiros, com maior detalhamento das receitas vinculadas a projetos específicos, dos recursos de livre utilização e da composição das despesas;
- Fortalecer os mecanismos de controle interno, prestação de contas, compliance e transparência, assegurando a adequada gestão dos recursos e o cumprimento das obrigações institucionais;
- Aprimorar o acompanhamento dos ajustes contábeis e desenvolver estratégias voltadas ao fortalecimento do patrimônio institucional;
- Manter o acompanhamento sistemático de contratos, parcerias, metas e obrigações financeiras relacionadas aos projetos executados pela ANDI.

Captação e Sustentabilidade:

- Diversificar a base de financiadores e parceiros institucionais, buscando ampliar e equilibrar as fontes de recursos da organização;
- Prospectar continuamente editais, chamadas públicas, emendas, parcerias e outras oportunidades de financiamento alinhadas à missão e às prioridades estratégicas da ANDI;
- Elaborar e submeter novos projetos a financiadores nacionais e internacionais, ampliando as possibilidades de sustentabilidade financeira da organização;

- Fortalecer a participação da Diretoria, da equipe e dos associados na identificação e construção de novas oportunidades de captação e parcerias;
- Aprimorar o planejamento da captação de recursos, articulando as oportunidades de financiamento às prioridades institucionais e à capacidade operacional da ANDI.

Gestão de Pessoas e Comunicação Interna:

- Fortalecer os processos de integração, acompanhamento e desenvolvimento da equipe, promovendo um ambiente institucional colaborativo e alinhado à missão e às prioridades estratégicas da ANDI;
- Promover oportunidades de formação e qualificação da equipe, considerando as necessidades institucionais e as demandas relacionadas à execução dos projetos;
- Revisar e atualizar, quando necessário, políticas, procedimentos e orientações internas relacionados às rotinas de trabalho, integridade, proteção de dados e segurança da informação;
- Fortalecer os fluxos de comunicação interna e de compartilhamento de informações entre Diretoria, equipe e consultores;
- Promover maior clareza na definição de responsabilidades, fluxos de trabalho e procedimentos internos, contribuindo para a eficiência da gestão e da execução dos projetos.

Infraestrutura e Inovação:

- Aprimorar a organização e a gestão do ambiente digital de trabalho, garantindo segurança, acessibilidade e eficiência no armazenamento e compartilhamento de documentos;
- Fortalecer o uso de ferramentas digitais e colaborativas para gestão de projetos, documentos, contratos, processos administrativos e comunicação interna;
- Dar continuidade à organização, preservação e digitalização do acervo institucional e da memória documental da ANDI;
- Avaliar periodicamente as necessidades de equipamentos, sistemas, licenças e demais recursos tecnológicos necessários ao funcionamento da organização;
- Buscar soluções e ferramentas que contribuam para a modernização dos processos internos, a segurança da informação e a eficiência operacional.

Resultados Esperados:

- Processos administrativos, financeiros e de governança mais estruturados, integrados e transparentes;
- Código de Ética e Conduta da ANDI finalizado e em processo de implementação;
- Mecanismos de controle, prestação de contas, compliance e monitoramento institucional fortalecidos;
- Maior qualidade e detalhamento das informações contábeis, financeiras e gerenciais;
- Ampliação e diversificação das oportunidades de financiamento e fortalecimento da sustentabilidade institucional;
- Maior participação dos associados nos processos de desenvolvimento institucional, planejamento e prospecção de novas oportunidades;
- Equipe fortalecida, com fluxos internos, responsabilidades e procedimentos mais claros;
- Ambiente digital e documental mais organizado, seguro e adequado às necessidades institucionais;
- Maior capacidade da ANDI de planejar, executar, monitorar e prestar contas de seus projetos e parcerias com eficiência e transparência.

Eixo 2 | Comunicação

Objetivo Geral: fortalecer a comunicação institucional da ANDI como dimensão estratégica de sua atuação, ampliando sua visibilidade pública, o alcance de seus conteúdos e sua capacidade de mobilização e incidência em defesa dos direitos humanos, com especial atenção aos direitos de crianças e adolescentes.

Principais Ações 2026

Comunicação Institucional e Presença Digital

- Fortalecer a presença institucional da ANDI nas redes sociais e demais canais digitais, ampliando o alcance e o engajamento dos conteúdos produzidos;
- Produzir e disseminar conteúdos qualificados sobre as áreas e pautas prioritárias de atuação da organização;
- Manter e aprimorar os canais institucionais de comunicação da ANDI, incluindo o portal, as redes sociais e os informativos eletrônicos;
- Fortalecer a identidade institucional e a coerência da comunicação da ANDI nos diferentes canais, projetos e iniciativas.

Conteúdo e Comunicação de Interesse Público

- Produzir conteúdos jornalísticos, informativos e institucionais baseados em evidências e comprometidos com a promoção e a garantia de direitos;
- Desenvolver conteúdos e campanhas sobre temas estratégicos relacionados à infância e adolescência, direitos digitais, proteção integral, diversidade, equidade e demais agendas prioritárias da organização;
- Dar visibilidade a estudos, publicações, posicionamentos e ações desenvolvidos pela ANDI e pelas iniciativas das quais participa;
- Utilizar diferentes formatos e linguagens para ampliar a acessibilidade, a circulação e o alcance dos conteúdos produzidos.

Articulação com Imprensa e Parceiros

- Fortalecer o relacionamento da ANDI com jornalistas, veículos de comunicação, comunicadores e parceiros estratégicos;
- Ampliar parcerias e ações colaborativas de comunicação com organizações, redes, fóruns e coalizões;
- Apoiar a divulgação de posicionamentos, estudos, campanhas e iniciativas institucionais em veículos de comunicação e espaços de interesse público;
- Fortalecer a presença da ANDI como fonte qualificada para jornalistas e comunicadores em temas relacionados aos direitos de crianças e adolescentes.

Monitoramento e Avaliação da Comunicação

- Aprimorar o acompanhamento dos resultados da comunicação institucional e digital;
- Monitorar alcance, engajamento, repercussão e presença da ANDI nos diferentes canais de comunicação;
- Sistematizar informações e indicadores que subsidiem o planejamento e o aperfeiçoamento contínuo das estratégias de comunicação.

Resultados Esperados

- Maior alcance e visibilidade da atuação institucional da ANDI;
- Fortalecimento da presença e do posicionamento institucional nos ambientes digitais;
- Ampliação da circulação de conteúdos qualificados sobre direitos humanos e direitos de crianças e adolescentes;
- Maior relacionamento e interlocução com jornalistas, veículos, comunicadores e organizações parceiras;
- Ampliação da repercussão pública de estudos, campanhas, posicionamentos e projetos desenvolvidos pela ANDI;
- Comunicação institucional mais integrada entre projetos, canais e iniciativas;
- Monitoramento sistemático dos resultados e indicadores de comunicação, contribuindo para o aperfeiçoamento das estratégias institucionais.

Eixo 3 | Atuação em Redes e Espaços de Incidência Coletiva

Objetivo Geral: fortalecer e ampliar a participação da ANDI em redes, fóruns, coalizões e espaços estratégicos de articulação e incidência coletiva, contribuindo para a construção de agendas comuns, o diálogo com o poder público e a defesa dos direitos humanos, com especial atenção aos direitos de crianças e adolescentes.

Principais Ações 2026

Articulação e Participação em Redes

- Manter e fortalecer a participação institucional da ANDI em redes, fóruns e coalizões estratégicas relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes, direitos humanos, comunicação e demais agendas convergentes com sua missão;
- Participar ativamente das articulações e espaços dos quais a ANDI integra, incluindo RNPI, FNDC, FNPETI, Coalizão pela Socioeducação, Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência, Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva e Rede Não Bata Eduque;
- Fortalecer a interlocução e a construção de agendas conjuntas com organizações da sociedade civil, movimentos, redes e instituições parceiras;
- Contribuir para ações, campanhas, mobilizações e iniciativas coletivas desenvolvidas pelas redes e coalizões das quais a ANDI participa.

Incidência e Representação Institucional

- Ampliar a presença e a representação da ANDI em espaços de formulação, debate, acompanhamento e controle social de políticas públicas;
- Participar de reuniões, audiências, consultas públicas, eventos, seminários e demais espaços estratégicos relacionados às áreas de atuação da organização;
- Contribuir para o diálogo e a incidência junto aos Poderes Executivo e Legislativo, conselhos de direitos, órgãos de controle e demais instituições públicas;
- Fortalecer a atuação institucional da ANDI em espaços relacionados à proteção integral de crianças e adolescentes, incluindo as agendas de direitos no ambiente digital.

Produção e Posicionamento Coletivo

- Contribuir para a elaboração e divulgação de notas públicas, manifestos, documentos técnicos, recomendações e outros posicionamentos construídos coletivamente;
- Produzir e compartilhar informações, evidências e subsídios técnicos que contribuam para a atuação das redes e espaços de incidência;
- Apoiar iniciativas coletivas de defesa, promoção e monitoramento dos direitos de crianças e adolescentes;
- Dar visibilidade, por meio dos canais institucionais da ANDI, às mobilizações e posicionamentos estratégicos construídos em articulação com organizações parceiras.

Resultados Esperados

- Participação institucional fortalecida em redes, fóruns, coalizões e espaços estratégicos de incidência;
- Ampliação da articulação e da cooperação da ANDI com organizações da sociedade civil e instituições parceiras;
- Maior presença da ANDI em espaços de formulação, acompanhamento e controle social de políticas públicas;
- Ampliação das ações, mobilizações e posicionamentos desenvolvidos de forma coletiva;
- Fortalecimento da contribuição técnica e política da ANDI para agendas relacionadas aos direitos humanos e aos direitos de crianças e adolescentes;
- Maior reconhecimento da ANDI como organização articuladora e parceira estratégica em processos de incidência coletiva.

Eixo 4 | **Foro Ciudadano de las Américas (FCA Brasil)**

Em 2025, a ANDI manteve sua atuação como ponto focal do Foro Ciudadano de las Américas (FCA Brasil), em parceria com a RedLad, participando de ações de articulação da sociedade civil brasileira no âmbito do sistema interamericano. A atuação incluiu interlocução com organizações da sociedade civil, Ministério das Relações Exteriores e instâncias relacionadas à Cúpula das Américas.

Para 2026, o projeto PASCA não foi renovado e, até o momento, não há perspectiva de retomada de suas atividades. Apesar disso, a rede de organizações constituída no âmbito do FCA Brasil permanece ativa, ainda que sem uma agenda estruturada de ações. A articulação tem funcionado principalmente como um espaço de intercâmbio e circulação de informações entre as organizações participantes, por meio de grupo de comunicação no WhatsApp, com destaque para o compartilhamento de informações e análises sobre a conjuntura latino-americana.

Objetivo Geral: manter a participação da ANDI na rede do FCA Brasil, preservando a interlocução entre as organizações participantes e o intercâmbio de informações sobre a conjuntura latino-americana, democracia, direitos humanos e participação da sociedade civil.

Principais Ações 2026

- Manter a participação da ANDI no espaço de comunicação e articulação da rede do FCA Brasil;
- Acompanhar e compartilhar informações relevantes sobre a conjuntura política e social latino-americana;
- Promover o intercâmbio de informações, agendas e oportunidades entre as organizações participantes;
- Manter os vínculos institucionais construídos no âmbito do FCA Brasil e da articulação regional;
- Acompanhar eventuais possibilidades de retomada, cooperação ou desenvolvimento de novas iniciativas relacionadas à rede.

Resultados Esperados

- Manutenção da articulação e dos vínculos entre as organizações integrantes do FCA Brasil;
- Continuidade do intercâmbio de informações sobre a conjuntura latino-americana e temas de interesse comum;
- Preservação da participação da ANDI na rede e das relações institucionais construídas ao longo do projeto;
- Identificação de eventuais oportunidades futuras de cooperação ou retomada de iniciativas.

Eixo 5 | **Agenda 227: Fortalecimento do Movimento e Incidência nas Eleições 2026**

Objetivo Geral: fortalecer a Agenda 227 como movimento nacional de articulação da sociedade civil pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes, ampliando sua capacidade de mobilização, comunicação e incidência política no contexto das Eleições Gerais de 2026, com atuação junto às candidaturas à Presidência da República e aos governos estaduais e distrital, visando à incorporação da prioridade absoluta e das propostas do movimento nos programas de governo e nos compromissos das futuras gestões.

Principais Ações 2026

- Fortalecer a governança e a articulação política da Agenda 227, promovendo o alinhamento permanente entre Equipe Executiva, Equipe Colegiada, Grupo de Coordenação e Articulação (GCA), Núcleos Temáticos e organizações signatárias;
- Atualizar e consolidar as propostas da Agenda 227 para o ciclo 2027–2030, incorporando evidências produzidas pelo monitoramento do Plano País, contribuições dos Núcleos Temáticos e aprendizados acumulados pelo movimento desde 2022.
- Produzir e disseminar os documentos de incidência para as Eleições 2026, contemplando propostas destinadas ao Governo Federal e aos governos estaduais e distrital;
- Incorporar a participação de crianças e adolescentes à estratégia de incidência, por meio da sistematização e divulgação dos resultados da escuta nacional realizada em 2026, garantindo que suas percepções, demandas e prioridades subsidiem as propostas apresentadas às candidaturas. A escuta contou com a participação de 1.288 crianças e adolescentes de diferentes regiões do país.
- Desenvolver estratégia nacional de incidência política junto às candidaturas à Presidência da República, estabelecendo interlocução com coordenações de programas de governo, equipes técnicas, fundações partidárias e candidaturas, com o objetivo de apresentar as propostas da Agenda 227 e estimular sua incorporação aos programas de governo;
- Ampliar a mobilização e a incidência política nos estados, articulando organizações mobilizadoras e redes locais para apresentação das propostas da Agenda 227 às candidaturas aos governos estaduais e distrital. Em agosto, a campanha já contava com organizações mobilizadoras em 18 estados, todos com propostas territorializadas.
- Orientar e padronizar a interlocução com as candidaturas, adotando procedimentos que preservem o caráter apartidário, técnico e institucional da Agenda 227, inclusive nas ações desenvolvidas pelas organizações mobilizadoras nos estados;
- Fortalecer a comunicação estratégica e a presença pública da Agenda 227, articulando redes sociais, site, boletim institucional, produção de conteúdos, assessoria de imprensa e relacionamento com veículos de comunicação para ampliar a visibilidade da pauta da prioridade absoluta no debate eleitoral;
- Produzir instrumentos de apoio às organizações mobilizadoras, incluindo materiais de comunicação e orientação para as ações territoriais de mobilização e incidência. O Guia de Comunicação, Mobilização e Incidência foi concluído e encaminhado às organizações mobilizadoras.
- Manter e ampliar a base de organizações signatárias da Agenda 227, fortalecendo sua capilaridade territorial, os espaços de participação e a circulação de informações entre as organizações que integram o movimento.

Resultados Esperados

- Fortalecimento da Agenda 227 como movimento nacional de articulação da sociedade civil e referência na defesa da prioridade absoluta de crianças e adolescentes;
- Maior alinhamento político-estratégico entre Equipe Executiva, Equipe Colegiada, GCA, Núcleos Temáticos, organizações signatárias e mobilizadoras estaduais;
- Consolidação e ampla disseminação dos documentos de incidência para o Governo Federal e para os governos estaduais e distrital, formulados a partir das evidências do Monitoramento do Plano País e das contribuições das organizações do movimento;
- Incorporação das percepções, demandas e prioridades de crianças e adolescentes às propostas e estratégias de incidência da Agenda 227, a partir da escuta nacional realizada em 2026;
- Ampliação da interlocução institucional com candidaturas e equipes responsáveis pela elaboração dos programas de governo, em âmbito federal e estadual;
- Fortalecimento da mobilização territorial e da capacidade de incidência das organizações parceiras nos estados;
- Maior inserção da pauta dos direitos de crianças e adolescentes e do princípio da prioridade absoluta no debate eleitoral de 2026;
- Ampliação da visibilidade pública da Agenda 227 e de suas propostas por meio de comunicação estratégica, assessoria de imprensa, produção de conteúdos e mobilização das organizações signatárias;
- Fortalecimento dos mecanismos de transparência e padronização da atuação do movimento nas interlocuções com candidaturas, preservando seu caráter apartidário;
- Produção de registros e subsídios para o acompanhamento dos compromissos assumidos no processo eleitoral e para a continuidade da incidência no período de transição e início das novas gestões.

Indicadores

- 1 Encontro Nacional da Agenda 227 para alinhamento político-estratégico do movimento e pactuação da atuação no contexto das Eleições Gerais de 2026;
- 13 Núcleos Temáticos mobilizados no processo de atualização e elaboração das propostas de incidência para o ciclo 2027–2030;
- 2 documentos de incidência produzidos e disseminados, sendo um direcionado ao Governo Federal e outro aos governos estaduais e distrital;
- 1 processo nacional de escuta de crianças e adolescentes, destinado a incorporar suas percepções, demandas e prioridades às propostas e estratégias de incidência da Agenda 227;
- Número de crianças e adolescentes participantes da escuta nacional, considerando a diversidade regional e territorial;
- Número de unidades da Federação mobilizadas, com participação de organizações e mobilizadores locais nas estratégias de incidência estadual;
- Número de propostas territorializadas produzidas, incorporando especificidades e prioridades das diferentes unidades da Federação;
- Número de interlocuções, reuniões e entregas dos documentos de incidência realizadas junto às candidaturas e às equipes responsáveis pelos programas de governo, nos âmbitos federal, estadual e distrital;

- Número de organizações signatárias mobilizadas e envolvidas nas ações da Agenda 227 ao longo de 2026;
- Produção e disseminação do Guia de Comunicação, Mobilização e Incidência, como instrumento de orientação e apoio à atuação das organizações e mobilizadores nos territórios;
- Alcance das ações de comunicação da Agenda 227, considerando canais digitais, produção de conteúdos, assessoria de imprensa e inserções na mídia;
- Registros das interlocuções realizadas com candidaturas, contribuindo para a transparência, o acompanhamento dos compromissos apresentados durante o processo eleitoral e a continuidade da incidência no período de transição e início das novas gestões.

Síntese do Eixo

Em 2026, a Agenda 227 avançará de uma etapa centrada no monitoramento das políticas públicas e na preparação para o ciclo eleitoral para uma atuação diretamente orientada à mobilização, incidência política e comunicação nas Eleições Gerais. Os resultados do Monitoramento do Plano País, a reorganização dos Núcleos Temáticos, a participação das organizações signatárias e a escuta de crianças e adolescentes constituirão a base técnica e política para a apresentação de propostas às candidaturas e para a defesa da prioridade absoluta nos programas de governo.

A estratégia combinará atuação nacional e territorial, diálogo institucional com candidaturas, fortalecimento da rede de organizações da sociedade civil e comunicação pública, buscando assegurar que os direitos de crianças e adolescentes ocupem posição central no debate eleitoral e sejam incorporados aos compromissos das futuras gestões. O projeto de 2026 foi concebido justamente a partir da integração entre fortalecimento institucional, incidência federal, mobilização estadual e comunicação.

Eixo 6 | Comunicação, Direitos e Enfrentamento à Violência de Gênero

Objetivo Geral: qualificar a cobertura jornalística e a comunicação sobre violência de gênero, fortalecendo abordagens éticas, contextualizadas e orientadas pelos direitos humanos, por meio da produção de conhecimento e da realização de ações formativas destinadas a jornalistas, estudantes, profissionais da comunicação e organizações da sociedade civil.

Principais Ações 2026

- Elaborar e publicar o Guia para uma Comunicação Responsável sobre Violência de Gênero, reunindo referências conceituais e práticas, dados, fontes qualificadas e recomendações para uma cobertura jornalística ética e não revitimizante;
- Produzir e sistematizar conteúdos sobre violência de gênero, prevenção, redes de proteção, políticas de cuidado e promoção de direitos;
- Desenvolver orientações para o uso de linguagem responsável e para a incorporação de perspectivas de direitos humanos e interseccionalidade na cobertura jornalística;
- Realizar duas oficinas formativas on-line, sendo uma destinada a jornalistas, profissionais e estudantes de comunicação e outra voltada a organizações da sociedade civil;
- Fortalecer as capacidades comunicacionais das organizações da sociedade civil, contribuindo para ampliar a visibilidade de iniciativas de prevenção da violência de gênero e promoção de direitos;
- Disseminar referências, dados, fontes e boas práticas que contribuam para a qualificação do debate público sobre violência de gênero;
- Contribuir para o alcance e o impacto do Prêmio Fundação FEAC de Jornalismo 2026 – “Violência de Gênero: Convivência em Risco, Futuro em Jogo”, fortalecendo a comunicação como instrumento de prevenção da violência e transformação social.

Resultados Esperados

- Guia sobre comunicação responsável e violência de gênero produzido, diagramado e disponibilizado em formato digital;
- Jornalistas, estudantes e profissionais da comunicação sensibilizados e qualificados para uma cobertura ética e baseada em direitos humanos;
- Organizações da sociedade civil fortalecidas em suas capacidades de comunicação e relacionamento com a imprensa;
- Ampliação da circulação de referências e práticas de comunicação que evitem estereótipos, culpabilização e revitimização das mulheres;
- Fortalecimento do debate público sobre prevenção e enfrentamento à violência de gênero;
- Consolidação da atuação da ANDI na interface entre comunicação, direitos humanos, produção de conhecimento e formação de comunicadores.

Eixo 7 | Conexões que Cuidam

Cultura, Fortalecimento de Vínculos e Educação Midiática

Objetivo Geral: promover a inclusão cultural, o bem-estar e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários entre adolescentes e seus cuidadores, por meio de práticas artísticas e culturais, espaços de diálogo intergeracional e ações de educação midiática e digital, estimulando o protagonismo juvenil, a valorização das culturas populares brasileiras, o pertencimento social e o uso consciente das tecnologias.

O Conexões que Cuidam é um projeto viabilizado por recursos de emenda parlamentar, com investimento de R\$ 120 mil. A iniciativa articula cultura, educação midiática e digital e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de uma jornada formativa e cultural destinada a adolescentes e seus cuidadores no Distrito Federal. O projeto encontra-se em processo de readequação de sua estratégia de execução e definição do território e do espaço onde serão realizadas as atividades.

Principais Ações 2026

- Realizar uma jornada formativa e cultural destinada a adolescentes e seus cuidadores no Distrito Federal, em território a ser definido de acordo com o processo de readequação da execução do projeto;
- Desenvolver oficinas e vivências artísticas e culturais, incluindo atividades relacionadas à dança, fotografia, arte e manifestações da cultura popular brasileira;
- Promover rodas de diálogo e atividades intergeracionais voltadas ao fortalecimento da comunicação, da convivência e dos vínculos entre adolescentes e seus familiares;
- Desenvolver ações de educação midiática e digital, abordando direitos digitais de crianças e adolescentes, uso consciente das mídias, tempo de tela, autocuidado digital e segurança no ambiente digital;
- Trabalhar conteúdos relacionados à parentalidade positiva, comunicação não violenta, estabelecimento de limites com afeto e fortalecimento das relações familiares;
- Promover reflexões sobre identidade, pertencimento, diversidade, representação, representatividade e estereótipos presentes na mídia;
- Estimular o protagonismo e a participação ativa dos adolescentes nas atividades culturais, educativas e comunitárias;
- Produzir e disseminar conteúdos e materiais educativos em linguagem acessível sobre cultura popular brasileira, direitos digitais de adolescentes e convivência familiar e comunitária;
- Registrar e sistematizar as atividades e experiências desenvolvidas no âmbito do projeto.

A metodologia adotará uma abordagem dialógica, participativa e experiencial, articulando oficinas, práticas artísticas, rodas de diálogo intergeracional, atividades de educação midiática e dinâmicas voltadas à reflexão sobre cultura, cidadania, inclusão e participação social.

Resultados Esperados

- Ampliação do acesso de adolescentes e seus familiares a experiências culturais e educativas;
- Fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e intergeracionais;
- Ampliação do conhecimento de adolescentes e cuidadores sobre manifestações culturais populares brasileiras;

- Valorização da identidade, da memória cultural, da diversidade e do pertencimento social;
- Adolescentes mais conscientes sobre seus direitos e sobre o uso responsável das mídias e tecnologias digitais;
- Fortalecimento das capacidades de diálogo e convivência entre adolescentes e seus cuidadores;
- Estímulo ao protagonismo juvenil e à participação cultural e comunitária;
- Ampliação do repertório de adolescentes e cuidadores sobre parentalidade positiva, comunicação, bem-estar e autocuidado;
- Produção e disseminação de conteúdos educativos e registros das atividades culturais realizadas.

Os resultados previstos no projeto-base enfatizam a valorização das culturas tradicionais, o fortalecimento da convivência familiar, a ampliação do acesso à cultura, o protagonismo juvenil, a difusão cultural e a conscientização dos adolescentes sobre o uso responsável das mídias digitais.

Indicadores de Acompanhamento 2026

- 16 encontros presenciais previstos, distribuídos ao longo dos quatro primeiros meses de atividades, envolvendo encontros específicos com adolescentes, encontros com cuidadores e atividades conjuntas entre adolescentes e seus responsáveis;
- 60 participantes diretos, sendo 30 adolescentes de 12 a 18 anos e 30 pais, mães ou responsáveis, além de impacto indireto estimado em aproximadamente 300 pessoas, entre familiares, comunidade escolar e moradores do território;
- Realização de atividades de educação midiática e digital ao longo da jornada formativa, abordando uso consciente das mídias digitais, direitos digitais, autocuidado digital, representação, representatividade e estereótipos;
- Realização de oficinas e vivências culturais e artísticas relacionadas às manifestações da cultura popular brasileira, incluindo Afoxé, Ciranda, Forró e Samba, além de atividades de arte e expressão cultural;
- 4 encontros intergeracionais previstos, considerando a programação de um encontro conjunto entre adolescentes e cuidadores por mês durante os quatro primeiros meses;
- Produção e disseminação de materiais educativos em linguagem acessível sobre cultura popular brasileira, direitos digitais de adolescentes e convivência familiar e comunitária;
- Produção de conteúdos educativos e registros das atividades culturais realizadas ao longo do projeto.

Síntese do Eixo

O Conexões que Cuidam amplia a atuação da ANDI na interface entre comunicação, cultura e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Ao integrar educação midiática e digital, práticas culturais, diálogo intergeracional e fortalecimento de vínculos, o projeto reconhece adolescentes e seus cuidadores como sujeitos ativos na construção de relações familiares e comunitárias mais saudáveis, participativas e conectadas à diversidade cultural brasileira.

Em 2026, o projeto será desenvolvido no Distrito Federal, encontrando-se em processo de readaptação de sua estratégia de execução e de definição do território e do espaço onde serão realizadas as atividades. Essa adequação preservará os objetivos centrais da iniciativa e buscará assegurar condições apropriadas para a participação dos adolescentes e de seus cuidadores.

A iniciativa reforça, assim, a comunicação e a cultura como instrumentos de promoção de direitos, fortalecimento de vínculos, pertencimento, participação social e enfrentamento das desigualdades, em consonância com a missão institucional da ANDI.

Conclusão

O Plano de Ação ANDI – Comunicação e Direitos para 2026 expressa as prioridades institucionais da organização para um período marcado pelo fortalecimento de sua governança, pela diversificação de suas frentes de atuação e, especialmente, pelo contexto das eleições gerais. Ao articular comunicação, produção de conhecimento, incidência política, mobilização social e atuação em rede, a ANDI reafirma sua missão de potencializar a comunicação como instrumento de garantia de direitos e promoção da diversidade e da inclusão social para o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Ao longo de 2026, o fortalecimento institucional permanecerá como uma dimensão transversal da atuação da ANDI. O aprimoramento dos processos de gestão, governança, transparência e integridade, aliado à busca pela diversificação das fontes de financiamento e à construção de novas parcerias, contribuirá para ampliar a sustentabilidade da organização e sua capacidade de desenvolver projetos e iniciativas de impacto social.

No campo da infância e da adolescência, a Agenda 227 ocupará posição estratégica, articulando organizações da sociedade civil e fortalecendo a incidência política em âmbito nacional e nos estados. A produção e disseminação de propostas para o ciclo 2027–2030, a mobilização territorial, a escuta de crianças e adolescentes e a interlocução com candidaturas e equipes responsáveis pelos programas de governo buscarão contribuir para que o princípio constitucional da prioridade absoluta esteja presente no debate eleitoral e se traduza em compromissos concretos das futuras gestões.

O Plano também contempla a ampliação e a diversificação das estratégias de promoção de direitos desenvolvidas pela ANDI. Nesse contexto, destaca-se a parceria com a Fundação FEAC, voltada à qualificação da cobertura jornalística e da comunicação sobre violência de gênero, articulando produção de conhecimento e formação. Soma-se a essa atuação o projeto Conexões que Cuidam, viabilizado por recursos de emenda parlamentar e voltado diretamente a adolescentes e seus cuidadores, integrando cultura, educação midiática e digital, diálogo intergeracional e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A iniciativa amplia a presença da ANDI nos territórios e demonstra sua capacidade de articular comunicação, cultura e participação social em ações concretas de promoção e garantia de direitos.

Mais do que reunir metas e atividades, o Plano de Ação 2026 estabelece uma orientação comum para as diferentes frentes de trabalho da ANDI. Comunicação, conhecimento, articulação, incidência e fortalecimento institucional convergem para ampliar a capacidade da organização de qualificar o debate público, fortalecer a participação da sociedade civil e contribuir para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas comprometidas com a garantia de direitos.

Dessa forma, a ANDI seguirá fortalecendo sua trajetória como organização de referência no campo da comunicação e dos direitos humanos, conectando informação, evidências, organizações e espaços de decisão e contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática, diversa, inclusiva e comprometida com o enfrentamento das desigualdades estruturais.

